

---

## **ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA EM SALAS DE AULA BRASILEIRA**

FELIPE, Delton Aparecido (UEM)

TERUYA, Teresa Kazuko (Orientadora/UEM)

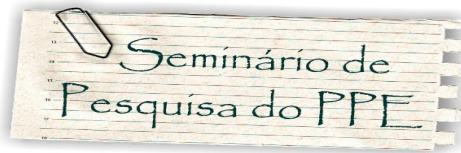
*Agência Financiadora – CNPq*

### **Introdução**

Em de 9 de janeiro de 2003 o Conselho Nacional de Educação (CNE) outorgou a Lei nº. 10.639, que altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a fim de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. A Lei estabelece o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes à História do Brasil e, tornando-o obrigatório no currículo escolar da educação básica (BRASIL, 2003).

Ao pensarmos na constituição de uma educação escolar que contemple e valorize a população negra brasileira, esse texto tem por objetivo discutir qual a importância da inserção de aspectos da história africana no currículo escolar brasileiro.

A história do Brasil sem o conhecimento da história africana é uma história unilateral branca, marcada por concepções eurocêntricas. Como afirma Cunha Júnior. (2006), por vezes, as essas concepções são marcadas pelos preconceitos e por concepções racistas. Para termos uma história brasileira ampla e justa, é necessária a imersão na história e na cultura africana, visto que a sociedade brasileira resulta da imensa participação de africanos e afro-descendentes, transmitindo conhecimento material e imaterial para a cultura brasileira.



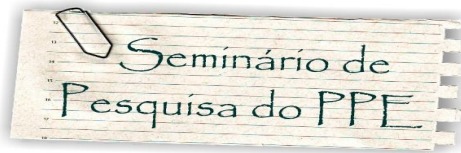
Qual história africana deve ser ensinada nas escolas? Cunha Júnior. (2006) entende que, em virtude da amplitude que têm a cultura e a história, há um grande debate sobre qual história africana deveria ser trabalhada na educação brasileira. A história africana que nos interessa é aquela que possibilite a compreensão do Brasil. Aquela que explique os aportes significativos dos africanos e afro-descendentes para a construção da sociedade brasileira (CUNHA JÚNIOR, 1999).

A história africana deve abarcar a dinâmica das sociedades africanas nos aspectos políticos, culturais e sociais, com destaque ao período que vai do século XII ao XVIII, por causa da sua incidência mais direta na sociedade brasileira. Dar ênfase à totalidade do continente, de uma experiência comum a todos os africanos, justifica-se porque a separação em partes desconexas do continente africano tem servido às diversas manipulações de idéias racistas sobre esses povos.

As idéias veiculadas pela história eurocêntrica apresentam os africanos como grupos isolados no meio da selva, dando a entender que são povos de menor importância. Os conhecimentos na matemática, na astronomia, na tecelagem, na escrita, na filosofia, na arquitetura ficam caracterizados como fatos isolados, como se não produzissem experiências históricas comuns às imensas regiões, disseminadas entre os muitos povos do continente.

### **Novas bases para o ensino de história da África na educação escolar**

O conhecimento de um determinado tema, na nossa perspectiva, é construído socialmente, para promover a releitura da história africana eivada de preconceitos, é necessário questionar os conceitos solidificados no decorrer da história, é necessário desconstruir as estereótipos que foram forjados pelo imaginário europeu sobre África e seus descendentes. Como nos alerta Meneses (2007, p. 56) “falar sobre a África significa



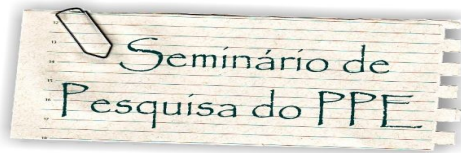
questionar e desafiar crenças adquiridas, pressupostos afirmados e múltiplas sensibilidades”.

Quando nos reportamos ao termo desconstruir, referimo-nos aos procedimentos da análise do discurso nos moldes adotados pelo filósofo Jacques Derrida, que pretendem mostrar as operações, os processos que estão implicados na formulação de narrativas tomadas como verdades, em geral, tidas como universais e inquestionáveis. A desconstrução tem possibilitado vislumbrar com nitidez as relações entre os discursos e o poder. “Ao contrário do que muitas pessoas pensam desconstruir não significa destruir. Desconstruir, neste caso, significa uma estratégia de demonstrar para poder mostrar as etapas seguidas na montagem”. (COSTA, 2002a, p. 140).

Compreender e contextualizar as informações sobre aspectos do continente africano é, indiscutivelmente, um exercício crítico. Serrano e Waldman (2007) argumentam que existem visões estereotipadas cultivadas contra os povos africanos e suas regiões. Mais do que qualquer outro continente, a África terminou encoberta por um véu de preconceitos, que, ainda hoje, marcam a percepção de sua realidade.

O imaginário europeu devotou para as terras africanas e para os seus habitantes um amplo leque de injunções desqualificantes, muitas vezes respaldadas pelos intelectuais europeus. A África foi condenada ao papel de espaço periférico da humanidade.

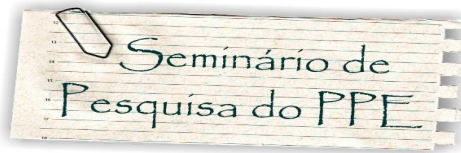
Na realidade, os mecanismos simbólicos da exclusão do outro remontam de muitos séculos, estando profundamente enraizados no legado cultural europeu. Serrano e Waldman (2007) revelam que o discurso europeu a respeito da África é antigo, pode ser localizado um variado conjunto de elaborações socioculturais. É a partir desse passado remoto que se estratificou o preconceito cultivado contra o outro, personificado em diferentes momentos pelos bárbaros, tártaros, mongóis, ciganos, judeus, muçulmanos, assim como pelos negros africanos.



É inegável que o mundo ocidental construiu o seu relacionamento com as populações extraeuropeias com base em preconceitos de todo tipo. Nesse particular, Cunha Júnior (1998) afirma que o continente africano foi, inegavelmente, o mais desqualificado pelo pensamento europeu. Ainda que a imagem da África tenha variado ao longo do tempo em decorrência de diferentes formas de relacionamento estabelecidas com os seus povos, é indiscutível que este continente foi, mais que qualquer outro, naturalizado pelo pensamento ocidental com imagens negativas e excludentes.

O embrião dessas concepções discriminatórias nos remete às formulações surgidas na antiguidade clássica. Para os antigos gregos e romanos, a África compreendia as terras situadas entre os países atuais Líbia e Marrocos, habitados por povos de idioma berbere (o termo não designa nenhuma etnia, diz respeito a um grupo de línguas que integra a família afro-asiática). Desse modo, refere-se a povos cujas características são, em alguns contextos, muito discrepantes entre si. Seria o caso dos garamantes, númidas, líbios e mauritânios, costumeiramente mencionados nas crônicas e documentos do Império Romano. Recordar-se que o termo berbere deu origem à palavra, bárbaro, para identificar as populações cuja língua e cultura eram consideradas inferiores em relação às greco-romanas, consideradas como padrão hegemônico. (SERRANO; WALDMAN, 2007).

Historicamente, o regime de estereótipos imposto à África foi reforçado pela distância e relativo isolamento do continente em relação ao resto do mundo europeu. A África, em particular a África negra ou Subsaariana, constituía um domínio nebuloso, por causa das informações fragmentárias e distorcidas. As imagens do continente africano, construídas pelo imaginário medieval, suscitavam todo o tipo de objeções. Assolados pelo calor inclemente, os territórios meridionais estariam infestados de monstros e outros seres fabulosos, coabitando com grupos de semi-humanos ou de humanos inferiores. Decididamente, o quadro construído pelo imaginário social europeu relacionado à África foi contemplado com estigma da subalternidade. Não é de admirar que as representações confirmem uma pretensa inferioridade.

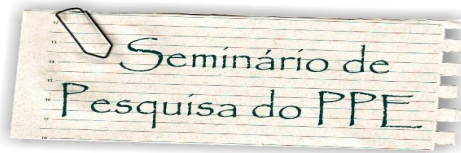


Na modernidade, o rebaixamento da África relaciona-se intimamente às demandas da sociedade capitalista ocidental, que, de modo contínuo, reapresenta para o continente a condição periférica do sistema de produção de mercadorias. Desse modo, se, no período do mercantilismo, foi reservado à África o papel subalterno de fornecer mão-de-obra compulsória para a monocultura açucareira e para a extração de metais e pedras preciosas, com a hegemonia do capitalismo industrial, o continente é novamente subalternizado, enquadrado na condição de manancial de mão-de-obra barata e de fornecedor de matérias primas para as potências industriais. Nesse sentido, a necessidade de justificar o domínio europeu induziu e foi mantida mediante o desenvolvimento de teorização que, apelando para as distorções conceituais, desqualificava o legado africano em todos os sentidos.

Se, no período mercantilista, a África reunia características espirituais, religiosas e elementos fabulosos inscritos no seu espaço geográficos, na fase do capitalismo industrial, é a carência de civilização, o principal argumento para sua estereotipia. Nessa perspectiva, o continente africano passa ser visto como, de fato, deveria ser entendido: um continente simplesmente carente de civilização.

Mais uma vez, a África foi alvo da política de hierarquização do conhecimento imposto pelas expectativas do mundo europeu e, agora, a constituição do discurso desclassificatório voltado a África é de que ela não era civilizada, cabendo ao europeu levar a civilização ao continente africano. A África foi inteiramente retalhada e distribuída entre as potências coloniais, que reorganizaram o espaço africano aos seus interesses, ignorando todo e qualquer arranjo espacial anterior. Segundo Serrano e Waldman (2007), com exceção da Etiópia, a totalidade do continente ficou de uma forma ou de outra, sob os interesses econômicos e políticos do imperialista ocidental. Não sem motivo, a África passou a ser conhecida como o continente colonial por excelência.

Com as imagens elaboradas pelo mercantilismo e pelo capitalismo industrial no pós-guerra, no contexto da independência dos países do continente africano, propagou-se



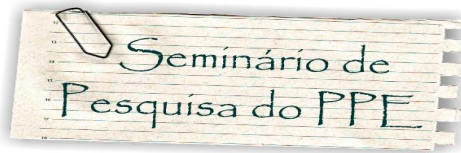
uma nova leitura desqualificante da África. Atualmente, o continente continua dominado pela pobreza, pelo subdesenvolvimento, pelas doenças, pelas guerras entre os grupos sociais ali viventes, pelos golpes de Estado contínuos, pelo analfabetismo, pelos refugiados da seca e da falta de perspectivas. Em um mundo desigualmente unificado pela globalização, como todas as desprezadas regiões meridionais do planeta, a África ainda integra a periferia de flagelos sociais.

Nesta nova elaboração plena de estereótipos negativos, o futuro não reservaria nenhuma benesse para o continente, condenado, a priori, à estagnação. Tal como leituras anteriores, essa nova coleção de imagens associa-se a um ideológico, pelo qual a África seria incapaz de conduzir o próprio destino. Ela deve, portanto, continuar a apelar para o Ocidente na busca de soluções para os seus problemas. Como nas imagens anteriores, a visão estereotipada sobre a África e seus povos, por meio de um discurso generalizante e excludente, utiliza-se dos preconceitos e das falsas concepções. Objetivamente, essas perspectivas trabalham em prol da confirmação da submissão da África ao mundo ocidental e às suas expectativas econômicas, sociais e políticas.

Como vimos, todas as construções elaboradas sobre a África nunca se distanciaram da ambição de dominá-la e de configurá-la como contraponto de uma Europa que se arrogava um papel dominante. Ademais, para submeter o que quer que seja, é necessária, antes de tudo, a iniciativa de concretizar-se no nível do imaginário, preferivelmente de modo a distorcer a compreensão do outro, habilitando, desse modo, a irrupção de uma ideologia de dominação.

### **Conversas sobre o ensino da história africana nas salas de aula brasileiras**

Por que estudar a história e a cultura africana nas escolas brasileiras? Se o Brasil fosse um país sem nenhuma parcela de afro-descendentes negros, não seria surpreendente que os currículos escolares dispensassem estes conteúdos. Mesmo assim, por razões da história da humanidade ou mesmo da história econômica do capitalismo, seria indispensável um conhecimento da história africana. Surpreendente é que o Brasil,

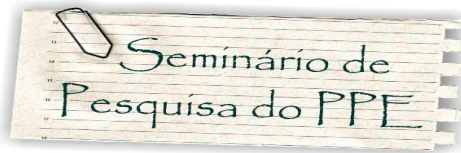


sendo um país que tem cerca da metade de sua população que reconhece sua ancestralidade no continente africano, não tenha o ensino sobre os aspectos da história africana na constituição de seu currículo escolar.

Podemos postular que a Lei 10.639/2003 aponta a necessidade de construção da história do mundo na formação dos docentes. Meneses (2007) argumenta que se trata da (re)construção de uma “outra” história que considere não só a perspectiva eurocêntrica dominante, ampliando as possibilidades de conhecimento inseridos no currículo escolar.

Em nossa perspectiva, não definimos certos conhecimentos como válidos e verdadeiros, enquanto que outros são considerados supérfluos e irrisórios. Cabe à escola a tarefa de pensar possibilidades de acesso às diferentes culturas, não no sentido de incluir em seu calendário datas exclusivas para trabalhá-las, mas no sentido de possibilitar a compreensão sobre as há diferenças e semelhanças entre uma cultura e outra. As relações de disputa por posições sociais e conhecimentos são carregadas de interesses particulares inerentes tanto à sua própria cultura quanto às outras. Por isso, é necessário que os alunos conheçam a cultura de outros grupos e a história de sua própria cultura em um processo de interação e alteridade.

Para o entendimento da história econômica, política e cultural do Brasil, é também necessário consultar a história e a cultura africana. Sem estes elementos, temos uma história parcial, distorcida e promotora de racismos. A razão que justifica a exclusão da História Africana nos diversos currículos nacionais das diversas modalidades e níveis de ensino é o racismo. A exclusão da História Africana é uma dentre as várias demonstrações do racismo em relação à população negra. Ela produz a eliminação simbólica do africano e da história nacional.



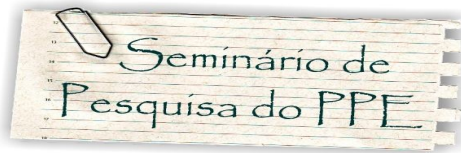
Uma das motivações que os/as pesquisadores/as e os/as docentes brasileiros devem ter para estudar a história e a cultura africana é a ausência de sistematização e veiculação das informações relacionadas ao continente africano. Serrano e Waldman (2007) afirmam que essa lacuna é evidente tanto na ausência pura e simples de uma visão realista sobre o continente africano quanto em seu desdobramento direto na persistência de uma visão estereotipada e preconceituosa que lhe é impingida.

Não seria demasiado afirmar que a visão distorcida sobre o continente africano e sua população associa-se à exclusão de parcela ponderável da população brasileira do pleno exercício de seus direitos como cidadãos, exclusão que recai de forma marcante sobre os afro-descendentes. As perspectivas excludentes desmerecem um legado extremamente valioso.

Apesar da história e da cultura africana não terem a devida atenção por parte dos historiadores brasileiros, que deveriam ter pautado essa discussão como uma das prioridades para compreender a formação de nosso país, a Lei 10.639/2003 determina o que os estudos sobre temas africanistas devem alcançar em nosso país. Nesse sentido, a África, seus povos e suas culturas tornaram-se foco de interesse para os profissionais da educação, os quais necessitam de capacitação para perceber que a constituição da história de um povo perpassa a dimensão do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e culturais, em que o discurso hegemônico hierarquiza e inferioriza o discurso do “outro”.

Desse modo, no tocante à realidade brasileira, o estudo da cultura da população africana posiciona-se como uma contribuição direta aos diversos segmentos da população brasileira, sobretudo da população negra. Desde os primórdios da colonização marcada pela discriminação racial, os negros tiveram as suas práticas ancestrais abafadas, marginalizadas e deturpadas, comprometendo, assim, a sua inserção plena no processo social brasileiro.





Essa repressão cultural, camuflada pelo mito da democracia racial, desdobra-se no não reconhecimento dos valores e das práticas sociais de raízes africanas, interiorizadas pelo conjunto da população brasileira, independentemente de sua origem racial.

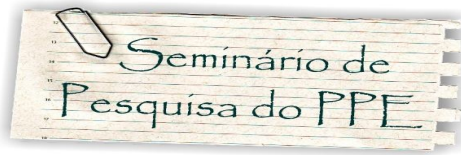
Os estudos da história e cultura africana articula a realidade daquele continente com a realidade social brasileira para salientar as identidades formadoras da nossa população, seja esta européia, indígena ou africana. Com isso, constatamos os inúmeros laços que unem o Brasil ao continente africano, tais como as práticas religiosas, a música, a dança, a oralidade, a culinária, o artesanato, as técnicas agrícolas e a linguagem, entre outros.

### **Os negros na história do Brasil: reflexões sobre o ensino de história**

A Lei 10.639/2003 foi estabelecida para garantir visibilidade ao afro-brasileiro com a finalidade de propiciar a cidadania e a igualdade racial, por meio de práticas educacionais que valorizem o “outro”. Ela contribui, portanto, para romper com o silêncio histórico sobre a cultura e história da população negra brasileira. Nesse sentido, Gomes (2008) afirma que a Lei abre caminho para a construção de uma educação antirracista, rompendo com as normas discursivas centradas no europeu. A aplicação da lei implica em abrir o espaço escolar para tornar legítimo falar sobre a exclusão e marginalização de um segmento social.

Mas não se trata de qualquer fala. É uma fala pautada no diálogo étnico-racial no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência do “outro”, como sujeito ativo e concreto. Esse “outro” é um sujeito de direito à livre expressão do seu “eu”. Tudo isso diz respeito ao reconhecimento de nossas identidades como sujeitos singulares em gênero, raça, idade, nível socioeconômico e tantos outros.

Silva (1998) afirma que, ao analisar os livros didáticos trabalhados na sala de aula que tratam da História do Brasil, percebem-se textos e figuras racistas ou preconceituosas, visto que ao reproduzirem os valores socialmente dominantes, negligenciam ou sub-representam a parte negra da população brasileira. Werebe (1994, p.67) elucida que “a



grande maioria desses manuais, só visa reproduzir a ideologia dominante, é claro que há exceções, contudo raras”

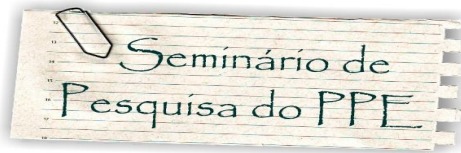
O autor acrescenta que uma parte dos livros didáticos, ao inserirem os negros na História Brasil, comete deslizos que os prejudicam. Os materiais disponíveis para o uso do professor restringem a população negra à escravidão, esquecem que os ascendentes negros, antes de chegar ao Brasil para serem escravizados, tinham uma vivência na África, ou seja, o negro já era envolto em um universo cultural que iria se propagar e contribuir, significativamente, na formação da cultura brasileira.

Um dos primeiros conteúdos programados no ensino de história do Brasil é a chegada dos europeus à América a partir do século XV, os quais, ao terem contato com o novo mundo, procuraram explorar a riqueza natural existente na fauna e na flora. Para empreenderem a política de colonização no continente americano, exploraram as populações indígenas que aqui habitavam, submeteram estes povos à escravidão e desrespeitaram sua organização social e suas práticas culturais.

Os portugueses, ao procurarem efetivar a política de colonização na América, trouxeram da África para o Brasil os negros africanos, que não eram concebidas como seres humanos, mas como mercadorias a serem comercializadas e destinadas ao trabalho compulsório, no regime de escravidão.

A colonização portuguesa se efetivou após a década de 30 do século XVI. Apressou-se em estabelecer o domínio sobre as terras antes que outra nação, movida pela ambição tal como Portugal, o fizesse.

Nesse processo de colonização, durante mais de trezentos anos, as populações africanas se constituíram pilares da mão-de-obra, contribuindo para a organização da sociedade brasileira. O tratamento dado pelos europeus a estas populações foi também pautado no eurocentrismo e etnocentrismo, desrespeitando as múltiplas etnias que constituíam os africanos, a história do continente de origem e as práticas culturais.

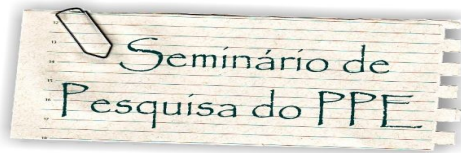


Desde o Brasil Colônia, os negros trabalharam em diferentes espaços: nos engenhos, no interior das casas grandes, nas regiões de mineração e nos espaços urbanos das cidades. Eles desempenhavam diversas atividades, tais como: a plantação da cana-de-açúcar ou alguma atividade ligada ao processamento do açúcar, a mineração de ouro e diamantes, o plantio do café e cuidados com a lavoura do “ouro verde” brasileiro, entre outras. Nas cidades, os africanos e os crioulos exerciam diferentes funções: serviam de carregadores, trabalhavam nos serviços domésticos, aprendiam ofícios e se tornavam carpinteiros, alfaiates, barbeiros, sapateiros e vendedores ambulantes e podiam ser, também, escravos da administração pública.

Os afro-brasileiros foram fundamentais na construção da sociedade e na formação do povo brasileiro, juntamente com outras etnias. Eles ajudaram a construir uma sociedade que passou por várias transformações ao longo do século XIX, marcado por diferentes fatos históricos: Independência do Brasil, em 1822; a organização do Estado nacional, que incentivou a política de imigração para o nosso país e, conseqüentemente, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; a difusão da ideologia do branqueamento; a abolição da escravidão, em 1888; e o advento da República em 1889. Estas transformações não garantiram a inclusão dos ex-escravos negros no mundo do trabalho, ao contrário, foram excluídos socialmente.

A liberdade chegou, porém não propiciou às populações negras o acesso aos bens produzidos nesse processo histórico, como terra, moradia e educação, para garantir uma vida digna. Os ex-escravos negros começaram a travar uma nova luta, que era de sobreviver diante de tantas desigualdades sociais e combater o racismo na sociedade brasileira.

Diante desse contexto de adversidade e desigualdade, organizou-se o Movimento Negro ao longo do século XX, para lutar pelos direitos da população negra e combater o racismo. Carneiro (1998, p.56) salienta que, desde 1910, existia no Brasil uma pequena imprensa negra que divulgava os acontecimentos sociais expressivos da comunidade



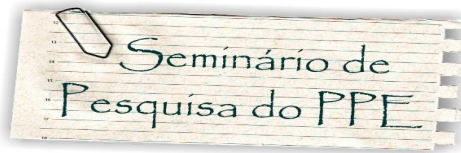
negra. Entre os primeiros periódicos, segundo a autora, estavam o **Bandeirante** e o **Menelik**. Somente após 1918, nesses periódicos assumiram uma atitude mais agressiva, passando para a fase de conscientização do negro e denunciando o racismo da sociedade brasileira.

Dentre os movimentos negros organizados no século passado, podemos destacar o surgimento, em 1931, da Frente Negra Brasileira (FNB), como um grande movimento organizado no país; em 1978, o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial, que, em 1979 passou a ser denominado como Movimento Negro Unificado; ambos engajados na luta pela plena cidadania da população negra no Brasil (LODY, 2004).

Outro desafio que se impôs ao povo negro na luta contra o preconceito racial foi o de combater a difusão da idéia de democracia racial em nosso país, ou seja, a teoria de que havia no Brasil um congraçamento racial, o que expressaria relações harmônicas entre as diferentes etnias que deram e dão origem ao povo brasileiro.

Nessa perspectiva, “os negros não tinham do que reclamar”. Vale ressaltar que os movimentos negros ganharam força após o processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, já que essa década, no Brasil, significou repensar a nação. O negro mais uma vez percebeu a importância desse momento para requerer o reconhecimento de sua participação na constituição do povo brasileiro. “Um marco na história deste período foi a Constituição Federal de 1988, que tornou o crime de racismo inafiançável” (MALERBA, BERTONI, 2001, p. 61- 63).

A luta do Movimento Negro Unificado e de vários grupos defensores da constituição de uma sociedade multicultural pela conscientização de todos os setores sociais demonstra que o racismo não atinge só os negros. Enquanto processos estruturantes e constituintes da formação histórica social brasileira, o racismo está arraigado no imaginário social e atinge negros, brancos e outros grupos étnico-raciais



A luta pela plena cidadania e pelo combate ao racismo e às práticas de discriminação racial não é um problema apenas da população negra, do afro-descendente ou do Movimento Negro. Essa luta é de todos os que defendem o respeito à diversidade étnico-racial, social e econômica e combatem a desigualdade ou exclusão social.

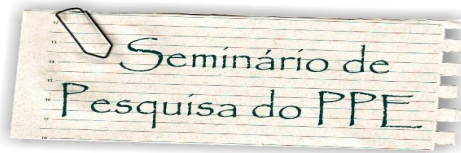
Na busca pela formação de uma população brasileira que reconheça a identidade cultural do “outro” e perceba que essa pode ser parte do seu “eu”, é necessário que o professor e a professora, além de terem conhecimentos sobre as diversas culturas formadoras da nação, estejam comprometidos politicamente com a luta contra a discriminação dentro do espaço escolar. O grande desafio é como provocar nos docentes a vontade e a curiosidade por novos conhecimentos? O que fazer para que os/as professores/as e os/as alunos/as compreendam que instituir práticas curriculares que incentivem a alteridade é caminho para construir uma educação menos excludente?

Enfim, ainda há um longo caminho para que o professorado, como categoria, não caia nas armadilhas da ingenuidade em acreditar na neutralidade do seu trabalho e compreenda a importância de sua prática educativa, de suas ações e de sua postura diante da diversidade cultural. Além de inserir novos conteúdos no currículo escolar, para efetivação da Lei 10.639/2003, é imprescindível questionar e desconstruir os conhecimentos sociais já instituídos nos currículos escolares.

### **Considerações Finais**

Para finalizar este trabalho, indagamos: faz alguma diferença para a população negra brasileira, afirmar que os africanos formam um dos primeiros povos da humanidade ao invés de propagar que seus antepassados eram somente escravos?

Consideramos que o fato de a população negra, particularmente as crianças, ser visualizada somente a escravidão como referência no currículo escolar, marca em suas vidas o entendimento de que os africanos escravizados no Brasil só possuíam essa



história. Uma história de terror, de submissão e de sofrimentos, por sua vez, contribuem para que as populações negras não se sintam identificadas com este passado, deixando-lhes um legado étnico de sofrimentos e baixa auto-estima.

Ao propormos que a educação escolar ensine os aspectos da história e cultura africana, como por exemplo: a história dos faraós negros, as construções arquitetônicas dos diversos reinos africanos pré-colonial, demonstra que a África possuía tecnologias, culturas e organizações políticas tão avançadas quanto à dos europeus. Essa história permite a construção de um novo conhecimento curricular sobre Brasil, especialmente em relação à população negra, favorecendo a construção de referenciais identitários positivos para população brasileira.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

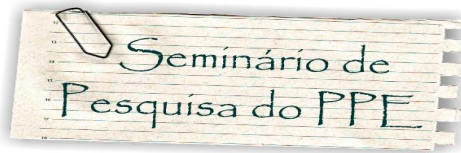
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 23 dez. 1996a.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na história do Brasil: mito e realidade*. São Paulo: Atica, 1998.

COSTA, Marisa Vorraber. Pesquisa-ação, pesquisa participativa e política cultural da identidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002a.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. História africana na formação dos educadores. In: *Cadernos de Apoio ao Ensino*. N.6, Abril de 1999. p.61 – 77

CUNHA JÚNIOR. Henrique, História africana para compreensão da história do Brasil. In: *História e cultura afro-brasileira e africana: educando para relações étnico-raciais/Paraná*. Secretária de Estado da Educação. Curitiba: SEED-PR, 2006. p. 45-56



CUNHA JUNIOR, Henrique. A história africana e os elementos básicos para seu ensino. IN: LIMA, Ivan Costa (Org). *Negros e currículo*. Florianópolis –SC: NEN, 1998. (Pensamento negro em educação, n. 2)

GOMES, Nilma Lino. Descolonizar os currículos: um desafio para as pesquisas que articulem a diversidade étnico-racial e a formação de professores. In: *Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas – XIV ENDIPE*; Porto Alegre Edipucrs, 2008.

LODY, Raul. *Cabelos de axé: identidade e resistência*. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 2004.

MALERBA, Jurandir; BERTONI, Mauro. *Nossa gente brasileira*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

MENESES, Maria Paula G. Os espaços criados pelas palavras – Racismo, etnicidades e encontro colonial. In GOMES, Nilma Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 23-37.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Mauricio. *Memórias d'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Célia da. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA, 1998.